

Reunião com o Conselho de Administração na ULS Médio Tejo

7 Outubro, 2024



A ULS Médio Tejo reuniu-se com o Conselho de Administração a 11 de setembro, discutindo compromissos sobre contratos, novos postos de trabalho e questões pendentes relacionadas com a progressão e pagamentos.

No desenvolvimento da reunião conjunta realizada no dia 13 de agosto, reunimos com o Conselho de Administração no **dia 11 de setembro**.

Administração assumiu os seguintes compromissos:

- 1 – Os **Contratos Sem Termo** a estabelecer com os colegas que detêm um Contrato a Termo [12 Contratos a Termo Certo (Covid) e 30 a 40 Contratos a Termo Incerto (Substituição)] **produzem efeitos a agosto**.
- 2 – No âmbito da proposta de Plano de Desenvolvimento Organizacional (Plano de Atividades/Mapa de Pessoal/Orçamento) **para 2025, vai propor o aumento de postos de trabalho e abertura de concursos para:** 27 Enfermeiros Gestores, 45 Enfermeiros Especialistas e admissão de mais Enfermeiros;
- 3 – **Vai reanalisar os processos de umas (poucas) dezenas de enfermeiros CTFP, com vista ao pagamento de dívidas em atraso.**
- 4 – Relativamente à transição para a categoria de Enfermeiro Especialista das colegas que, por exercício dos direitos de maternidade/parentalidade no âmbito da ARS Lisboa e Vale do Tejo não transitaram a 1.6.2019, **vão**

receber os retroativos (a 1.1.2024) em setembro.

Entretanto, suportado em pareceres jurídicos externos à instituição, a Administração não pretende resolver alguns problemas que ainda persistem. Mantemos o seu entendimento jurídico de que a ULS tem autonomia técnica, administrativa e financeira, tendo autonomia para interpretar e aplicar as leis, incorporando nessa interpretação os princípios da justiça e da razoabilidade a que está legalmente subordinado na prossecução da atividade administrativa.

Por isso, a Administração tem autonomia, pode e deve resolver justamente os problemas que se mantêm e cuja solução se exige:

1 – **Atribuição de pontos** para efeitos de progressão aos enfermeiros que iniciaram funções no **2º semestre do ano civil**;

2 – Aos enfermeiros que estão em **regime de prevenção** (disponíveis durante o seu tempo de repouso para serem chamados a qualquer momento), quando são chamados a efetivar trabalho na instituição, esse tempo de **trabalho extraordinário** seja **pago**, nos termos da lei, **a 100%** e não a 50% como hoje pagam.